

Resumo: O texto discute os impasses metodológicos presentes na pesquisa com famílias de baixa renda e as saídas criativas que podem ser adotadas na escolha de instrumentos. Dá-se ênfase também às questões éticas na relação entre pesquisador e família. Exemplos de alguns impasses são apontados: o pertencimento a classes sociais diferentes; a linguagem diferenciada; o repasse de algum ganho financeiro à família para possibilitar a entrevista; a organização e o planejamento na aplicação do instrumento; o domínio restrito da leitura e da abstração que as famílias podem apresentar. Finalmente, o texto chama atenção para a necessidade que os pesquisadores têm de realizar seus trabalhos com condições mínimas de segurança física, buscando a percepção de aspectos ambientais que os tornam vulneráveis.

Palavras chave: família de baixa renda, pesquisa qualitativa, impasse metodológico, pesquisador.

Abstract: The text discusses the methodological impasses present in the research with low income families and the creative way outs that can be adopted in choosing the instruments. Emphasis is also given to the ethic matters in the relation between the researcher and the family. Examples of some impasses are referred to: belonging to different social classes; differentiated language; handing over some financial gain to the family to enable the interview; the organization and planning in the application of the instrument; the restrict domain of reading and abstraction that families may present. Finally, the text draws the attention to the need of the researchers to accomplish their works with minimum safety conditions, searching for the perception of aspects that turn them vulnerable.

Key words: low income family, qualitative research, methodological impasse, researcher.

Liana Fortunato Costa

Psicóloga, Terapeuta Conjugal e Familiar, Psicodramatista, Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo.

Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PCL/IP/UnB. Presidente da ACOTEF na gestão 2000/2002

E-mail: lianaf@terra.com.br

ACOTEF - Associação Centro-Oeste de Terapia Familiar

Peculiaridades e cuidados da pesquisa com famílias de baixa renda

Liana Fortunato Costa

O contexto de baixa renda traz dificuldades e criatividade para a pesquisa

Dois pesquisadoras fizeram uma visita domiciliar em março de 2007 a uma família, moradora de periferia de uma grande cidade, com o objetivo de traçar o genograma, que é um instrumento de pesquisa da área da Terapia Familiar, e que visa informar sobre a história de vida da família numa perspectiva transgeracional. Ambas pesquisadoras, terapeutas de família, eram responsáveis por pesquisas que tinham como tema a violência intrafamiliar. Os contatos preliminares para a visita foram realizados por telefone com a senhora Teresa¹, avó paterna de Fernanda (11anos), criança que sofreu tentativa de estupro, tendo sido aliciada por um senhor desconhecido morador na área próxima a casa. A visita se justificou pelo fato de que a família freqüentou um Grupo Multifamiliar para famílias nas quais ocorreu abuso sexual, sob imposição judicial. Esta visita visava avaliar o evento e a avó esqueceu-se de avisar a mãe da criança.

A residência apresentava extrema condição de pobreza e falta de higiene, tinha três cômodos que abrigavam sete pessoas adultas. A mãe de Fernanda, senhora Valdete é viúva há dois anos e tem sete filhos de duas uniões. O marido faleceu de cirrose hepática. Dona Valdete teve também dois outros relacionamentos anteriores. Seus filhos têm: 25 anos (Marcos, sempre deu muito trabalho, ficou preso mais de 1 ano por assalto); 20 anos (Priscila, mora em outra cidade); 18 anos (Renata tem um filho de dois anos e mora na casa);

14 anos (Wellington, que estava em casa na hora da visita, deitado em uma cama se recuperando de queimaduras de terceiro grau porque alguém ateou fogo nele). Este filho está cumprindo medida sócio-educativa com 4 passagens pela polícia, faz uso de drogas, já ficou internado em centro de detenção de menores, e não procurou hospital para tratamento das queimaduras.

Durante a visita todos estavam muito ansiosos, pois estavam esperando que alguém chegasse. Após um bom tempo na casa é que as pesquisadoras entenderam que a família ainda estava com medo de que o grupo que ateou fogo em Wellington voltasse para completar o serviço, e assim, quando elas chegaram, todos acharam que seria isto que aconteceria. Apesar de todos concordarem em conversar com as pesquisadoras, apenas Dona Valdete de fato o fez. As outras pessoas, com cuidado e aos poucos, foram se retirando da casa, e nem mesmo Wellington foi visto. Ao saírem da visita, as pesquisadoras se deram conta de que estavam muito ansiosas e preocupadas com o que pudesse ocorrer na casa, durante o período em que permaneceram lá. Além do fato do local ser bastante precário, em termos de segurança, elas estavam em carro próprio e muito longe de qualquer rua de maior movimento. Também perceberam que a família sabe que está sendo vigiada e que está preparada para que novo ataque aconteça.

Esta narrativa revela uma rotina de muitos pesquisadores que buscam construir conhecimento sobre questões que envolvem famílias de baixa renda, e se constitui num exemplo das dificuldades que encontramos ao adentrarmos este universo. Busco discutir aqui os impasses metodológicos que surgem na pesquisa neste contexto e as saídas criativas que são adotadas para o acesso e contato com estas famílias. A autora deste texto é pesquisadora, psicóloga, terapeuta de família desde 1989, vinculada à pós-graduação do Curso de Psicologia da Universidade de Brasília, orientadora de Mestrado e Doutorado, tem seu foco de investigação em comunidades de baixa renda e pretende reunir aqui algumas de suas reflexões sobre esta trajetória. A discussão, sobre as características e particularidades da pesquisa neste contexto, está organizada em torno dos eixos: questões subjetivas, de acesso às famílias, teóricas, metodológicas e éticas.

A relação do pesquisador com a família pesquisada

Pakman (1993; 1999), Giuliani y Wiesenfeld (1997), Quintal de Freitas (1997), dentre outros, apontam que os profissionais que adentram o universo da

comunidade de baixa renda defrontam-se com uma dificuldade que é a sua identificação com sua própria classe social de pertencimento. Esta questão do pertencimento a uma classe social, seus hábitos, seus valores, seu modo de vida, trazem imensas dificuldades, mas não inconvertíveis, para o pesquisador. A tarefa do pesquisador implica em um primeiro momento de acesso ao campo, e outro posterior de interpretar as informações que obteve da aplicação do instrumento. A ida ao campo, seja em visita domiciliar, seja em contato com a família numa instituição localizada dentro da comunidade, nos coloca frente ao impasto das condições de pobreza, carências materiais, desorganização das condições mínimas de sobrevivência que as famílias apresentam, e das decorrentes consequências emocionais sobre a pessoa do pesquisador, a partir deste contato.

Como lidar com as reações advindas deste impasto? Como situar em termos emocionais e de conduta as percepções que nos fazem conscientizar o tanto que estamos distantes da experiência destas famílias no que tange a responder a estas adversidades de ordem econômica? Há alguns anos atrás, no início de minha experiência em andar pela comunidade, buscava, acima de tudo, preservar a imparcialidade e procurar manter intacto meu papel de pesquisador, para permitir que o discernimento prevalecesse sobre as impressões, a fim de preservar os resultados da pesquisa. Hoje, penso que o mais importante não é o distanciamento emocional da pesquisadora, mas sim o olhar sensível na busca de perceber os detalhes e sutilezas, que somente um olhar atento possa contemplar, para o enriquecimento da interpretação dos dados, e que o contato com a família possa estar impregnado destas vivências e influir nos resultados, porque não têm outra forma de se instalarem a não ser no contato direto com a realidade das famílias. Existe uma distância social entre pesquisadores e famílias que é um fato concreto e que não pode ser minimizado/negado, mas que não impede que haja uma aproximação entre estas duas instâncias, visto que a ocupação deste espaço interessa a ambos, e proporciona que estas famílias possam ter suas condições de vida conhecidas, compreendidas e também denunciadas.

Na minha experiência há um fato que sempre dei ao conhecimento de alunos, em suas visitas a famílias na comunidade: um aluno perguntou a uma família o que ela gostaria de colocar, utilizando esta palavra no sentido muito corriqueiro dado pelos psicólogos, como um convite a que falassem, que dessem suas opiniões. Após um momento de espera, a família rea-

giu perguntando: Aonde era para ser colocado? E o que? Embora tenha um lado cômico, esta historinha revela com bastante precisão um impasse a ser superado nos contatos entre famílias e pesquisadores, que diz respeito à linguagem. Pakman (1998) discute sobre o trabalho que se desenvolve em um espaço de *fronteira cultural*, e no qual os contatos entre terapeuta e cliente se caracterizam por possuírem significados muito diferentes a respeito do que é bom ou não, do que é normal ou não, do que deve ser feito ou não, do que é problema ou não. Fronteira cultural, para este autor, quer dizer diferenças que são culturalmente construídas e mantidas por discursos e práticas cotidianas e repetitivas, e é preciso que os profissionais percebam estas configurações e se coloquem de forma sensível a ressaltar estas diferenças culturais que marcam significados sociais e familiares diferentes. Em relação à linguagem, esta fronteira cultural se faz presente trazendo desafios na abordagem às famílias, na construção de instrumentos de pesquisa, na interpretação dos dados.

Estes aspectos sobre pesquisas com famílias de baixa renda têm sido pouco apontados na literatura em geral. Uma exceção está na terapeuta familiar/ pesquisadora Julia Bucher-Maluschke (2008), que pesquisa famílias em contexto de pobreza no Ceará e que em recente palestra, apontou as dificuldades presentes na compreensão das descrições que as famílias fazem dos problemas, dos significados dados a estes problemas e aos esforços que os pesquisadores têm que fazer para se aproximarem da “verdade” da família. Além disto apontamos ainda o esforço presente, quando se trata de pesquisa associada a uma intervenção, no sentido de captação destas “verdades” sem uma perspectiva de julgamento e/ou avaliação, em função da impossibilidade de aceitação de um princípio moral ou ético muito diferente daquele do pesquisador. Exemplos deste impasse estão nas pesquisas com famílias que espancam ou abusam sexualmente de crianças (Martins & Bucher-Maluschke, 2005; Costa, Penso & Almeida, 2006).

A questão da linguagem está diretamente ligada à questão da escolarização. As famílias residentes em periferia com as quais venho trabalhando, têm uma escolaridade muito baixa, com os pais apresentando o primeiro grau incompleto (até a 4ª série) e as crianças com uma escolaridade maior que seus pais. Isto cria um impasse diante de entrevistas conjuntas ou de pesquisa ação, como é o caso do Grupo Multifamiliar, modalidade de atendimento psicossocial que também vem se constituindo em instrumento de pesquisa (Costa, Penso & Almeida, 2005). É muito constrangedor para os pais que os filhos dominem mais a leitura ou a

escrita, ou que eles tenham que pedir ajuda aos filhos para responderem alguma pergunta ou para escrevem alguma resposta. O respeito a estas limitações nos leva a utilizar métodos que não representem um acréscimo de dificuldade (exemplo: questionário) ou ainda que envolvam condutas que estas famílias tenham mais facilidade em dominar, como por exemplo a verbalização. Mesmo assim optamos por obter as informações de um modo menos informal, com o oferecimento de ações (exemplo: o Grupo Multifamiliar) que cria circunstâncias nas quais eles podem se expressar livremente, ou criando modos de investigar a partir de jogos ou brincadeiras (Andolfi, 1981).

Invertendo a mão: os pesquisadores é que vão até as famílias

Uma das grandes dificuldades de pesquisar com famílias de baixa renda diz respeito à aceitação de passar algum ganho financeiro às famílias, para que se tenha acesso a elas. Este assunto já foi considerado tabu por pesquisadores: o pagamento de algum benefício financeiro aos sujeitos pesquisados. Com relação a este universo nos vemos frente a uma dura decisão: ou os ajudamos financeiramente a comparecerem à instituição parceira na pesquisa (quando é o caso), ou não temos acesso a elas. Esta ajuda pode abranger o custo referente ao transporte e ao lanche, já que muitas vezes as famílias moram muito longe da instituição. Esta distância implica que se se dirigirem à instituição para responder à pesquisa, vão estar fora de casa durante a tarde toda, por exemplo, ainda mais que convidamos toda a família a comparecer, inclusive crianças e adolescentes. As preocupações com neutralidade ou imparcialidade por parte do pesquisador deixam de ser preponderantes em função da realidade social que estas famílias apresentam. Buscamos ver na oportunidade da pesquisa uma perspectiva de contato que poderá se revestir de uma dimensão política, com a oportunidade para o trabalho de empoderamento (PNUD, 1996) destas famílias, e para uma possível intervenção que as coloque diante de uma reflexão sobre sua cidadania assistida e tutelada (Demo, 1995; 1996).

Por outro lado em outras situações, temos que inverter a mão e estabelecer o contato com as famílias, procurando-as em seus domicílios, porque sabemos que simples convocações não surtem efeito. Para dar conta da peculiaridade que é pesquisar em um domicílio, a partir de uma Dissertação de Mestrado (Brandão, 2001), elaboramos um Manual de Visita Domiciliar (Brandão & Costa, 2004) que contém observações e

orientações que facilitam este propósito. Estas orientações indicam quem faz a visita, como fazer os contatos prévios com a família, o planejamento da visita, as questões de manejo da família em um território no qual ela é a "senhora da situação", as questões éticas que devem ser observadas.

As pesquisas de acompanhamento e/ou de avaliação com estas famílias contam com uma dificuldade adicional que é a grande mobilidade que as famílias de baixa renda possuem, com mudanças de domicílios em períodos de tempo muito curtos. Observamos que isto ocorre em função de que são grandes as diferenças de valores e de estratégias de sobrevivência ou lógica de atuação no ambiente social, com relação às famílias de outra classe social. Os modos de convivência, as escolhas sobre se estabelecerem em determinada comunidade, variam em função de vislumbres de facilidades ou possíveis ganhos com a movimentação de local para local. Por isto estas famílias se caracterizam por estarem sempre em processos migratórios. Não foram poucas vezes, que nos vimos impedidos de ter acesso a elas, mesmo com pouco tempo de intervalo do contato anterior. Ficamos surpresos de constatar que famílias que têm processos em Vara Cível ou mesmo em Vara Criminal, mudam-se e não informam à Justiça seu novo endereço, ainda que isto lhes cause prejuízos de ordem da restauração de seus direitos (Costa, Penso & Almeida, 2005).

É possível utilizar instrumentos na pesquisa com famílias?

Ao longo do tempo que venho realizando pesquisas com famílias, foi possível observar que os sistemas familiares que possuem baixa renda tendem a apresentar condições caóticas de organização (Ausloos, 1996), em função da precariedade da garantia de sobrevivência; das necessidades materiais e sociais que são vividas sempre com urgência; da dificuldade de um planejamento de vida a médio e longo prazo; da maior quantidade de pessoas morando no mesmo domicílio; da reunião de membros da família envolvendo três gerações (no mínimo); da presença de membros da família extensa morando de forma permanente ou temporária; da presença de agregados nas mesmas condições; de crianças ou adolescentes, pertencentes à família extensa, que estão de passagem em função de alguma crise familiar dessas crianças (ver Fonseca, 1987). Ausloos (1996) define as famílias de transações caóticas como aquelas nas quais os confi-

tos se sucedem permanentemente, e a organização familiar é governada por eles. Este aspecto é importante porque ou estamos pesquisando estas famílias na vigência de uma crise, ou no intervalo entre crises, e isto requer uma percepção mais aguçada do pesquisador para a captação destes momentos. Minuchin, Colapinto & Minuchin (1999) vão chamar a nossa atenção para as condições permanentes de grande vinculação dessas famílias com instituições assistenciais, e isto também requer do pesquisador habilidade para lidar com este fato, como também flexibilidade para incluir outros "prestadores de serviço" em seu planejamento de pesquisa. Mais atualmente, nossa observação se volta para a vinculação dessas famílias com o sistema judiciário também.

É possível a marcação de entrevista de pesquisa com essas famílias? Tenho, ao longo do texto, apontado a discussão na direção do acesso à família feito no domicílio. Esta opção se faz porque é muito difícil a marcação de contatos nas instituições, mesmo as locais, em função das dificuldades financeiras para pagamento de transporte, ainda mais se queremos ter acesso a toda a família. No momento, dois contextos têm se constituído como preferenciais para as pesquisas com famílias: o comunitário e o jurídico. Impressiona sobremaneira o fato de que as famílias não comparecem às convocações para entrevistas no contexto jurídico, ainda que seja do interesse delas, e a principal explicação é sempre a questão financeira.

Em função dessas observações, o pesquisador encontra condições complexas para estabelecer controle sobre a aplicação de um instrumento, ou a realização de uma entrevista, quando sua opção é o trabalho na residência dos sujeitos. O pesquisador se vê frente a uma situação que requer maior habilidade de sua parte quando, durante uma entrevista, um vizinho adentra a casa e se coloca disponível para participar sem ter sido convidado. Este fato tem um sentido diferenciado, para esta população, porque são os vizinhos que muitas vezes são seus confidentes ou participam ativamente de seus problemas. Na realidade do Distrito Federal, na qual governos sucessivos tiveram como política social a doação de lotes, encontramos um terreno subdividido em três ou quatro moradias independentes, com familiares ou não convivendo em condição de extrema intimidade em função da exiguidade do espaço.

Há então uma maior necessidade de organização e planejamento na aplicação do instrumento para que seja minimizada a desorganização já descrita. Demo (1984) fala em vantagens do padrão acadêmico

de controle e sistematização de informações para lidar com essas condições adversas. Algumas questões devem ser observadas: Quem fará a entrevista? Esta pessoa irá sozinho ou acompanhada de algum agente social? Qual seu meio de transporte? Próprio ou da instituição parceira da pesquisa? Qual o melhor horário? A visita será no fim de semana para haver mais chance de encontrar a família em casa? Ou será durante a semana? Neste caso o pesquisador tem que ter informações sobre os horários de trabalho dos membros da família. Qual o horário de estudo das crianças, se o pesquisador pretende contatar toda a família? É fundamental dominar todas estas informações antes de se efetivar a visita domiciliar.

A escolha de qual instrumento utilizar deve ser feita em função da avaliação das possibilidades que as famílias oferecem. Os impasses para utilização de instrumentos fechados, tipo questionário ou escala de avaliação, que envolva leitura ou interpretação sobre conceitos abstratos ou de domínio restrito do psicólogo, dificulta enormemente a tarefa. Há também um outro aspecto que deve ser o cuidado para que a aplicação do instrumento não tenha efeito de reforçar uma baixa auto-estima. As famílias costumam se desculpar frente às características destes instrumentos, dizendo: “Eu sou burra mesmo!” É claro que nada disto impede que as famílias possam colaborar porque seus recursos de expressão verbal e não verbal são muitos. O cuidado está na criação de oportunidade para se colher informações fora do modo usual que a academia está habituada. Lembro de uma pesquisa, sobre cuidados maternos, na qual o instrumento foi traduzido literalmente do inglês (pesquisa interinstitucional com uma universidade canadense) e não pode ser aplicado porque as perguntas continham termos e uma construção de frase que necessitava de habilidade para uma interpretação mais complexa, além de se referir a formas de cuidados que não faziam sentido para as mães.

Não se trata só de uma importação de modelos de uma realidade socioeconômica diferente, mas de uma realidade com grau de escolarização maior. A realidade nos mostra que em famílias de baixa renda, os adultos, em sua quase maioria não passam da 4ª série do ensino fundamental, e dominam apenas rudimentarmente a leitura e a assinatura do nome (analfabetismo funcional). Temos que avançar na criação de situações que proporcionem maior facilidade para os familiares se expressarem, porque o que eles têm a dizer e sua capacidade de reflexão sobre a realidade que os cerca oferece enorme riqueza de significados e de es-

tratégias de soluções de problemas (Pakman, 1999). Esta perspectiva se coaduna com as críticas de Santos (1996) que se referem à necessidade do conhecimento acadêmico se aproximar do conhecimento do senso comum, pois todo conhecimento é conhecimento social.

A orientação teórica e a influência do gênero na pesquisa

É impossível dissociar a questão de gênero na pesquisa com famílias de baixa renda, pois ainda que o nosso olhar e a nossa reflexão se voltem para a família como um todo, na verdade temos muito mais acesso às mulheres, e nossas observações carecem de uma participação maior dos homens e suas opiniões (Diniz & Coelho, 2007). Temos consciência de que, em muitos trabalhos publicados, as considerações a respeito do funcionamento da família refletem muito mais as percepções femininas (Costa, Penso, Rufini, Mendes & Borba, 2007; Costa, Penso, Almeida & Ribeiro, no prelo).

Estamos diante de um paradoxo: em termos de referencial teórico aponto o olhar sistêmico sobre a família, considerando-a como um todo (Minuchin, 1982), contextualizada histórica e culturalmente (Pakman, 1998), situada em seu ciclo de vida (Carter & McGoldrick, 1995; Cerveny & Berthoud, 2002), compreendida em sua dimensão transgeracional (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1983), e vista como objeto de investigação sobre os padrões de relacionamento saúde/doença e a produção de mudanças (Selvini Palazzoli, 1998). No entanto, em termos de objeto de estudo, mesmo que o foco seja a família, a análise dos resultados acaba por enfatizar o subsistema feminino, e é esta fala da mulher que acaba por definir o rumo das discussões.

Por outro lado, temos também que levar em conta que os aspectos da submissão da mulher (construção de gênero) reflete-se na submissão ao pesquisador. Isto se dá de dupla maneira: pela via da submissão feminina e pela via da submissão à classe social dominante. Diante de toda minha experiência como pesquisadora, tive pouquíssimas oportunidades de ver negado um convite para participação em uma pesquisa. Autores, como Giffin (2002), apontam este aspecto como crucial para as afirmações feitas pelo pesquisador e para as considerações críticas que devem ser elaboradas nos resultados, quando se trata de estudos que envolvem populações em estado de pobreza material.

A ética: limites entre pesquisar e intervir

Em outros trabalhos, publicados com outros membros da equipe (Costa, Penso & Almeida, 2005; 2006), já expus o ténue limite existente entre a pesquisa, especialmente a pesquisa ação, e a intervenção. O contato íntimo com a família produz reações emocionais no pesquisador que podem afastá-lo da objetividade necessária para a pesquisa, levando-o a estender sua presença na rotina de vida da família ou mesmo se sentindo responsável por encaminhamentos decorrentes da observação de necessidades da família.

Como escutar os pedidos de ajuda? Qual o limite a ser observado com relação às demandas que a família pode fazer por maior ajuda além do escopo da pesquisa? Morin (2007) nos fala de uma ética que se realiza no compromisso com o outro ser humano. Um compromisso que está calcado na consciência de que estamos juntos habitando um ambiente que pertence a todos, e que a responsabilidade é mútua, porque somos cidadãos que reconhecemos nossos deveres e direitos comuns. Do mesmo modo, Enriquez (2007), ao enfatizar a importância de se lutar por sociedades mais democráticas, resgata o poder do amor na construção de relações mais próximas que priorizem o respeito. Estas posições constituem-se em inspiração para a efetivação de um compromisso com as famílias, em prol de sua autonomia, que possa transcender aos objetivos da pesquisa, mas que não se constitua em dependência paralizante ou exploração insensível.

Referências

- Andolfi, M. (1981). *A Terapia Familiar*. Lisboa: Vega.
- Auloos, G. (1996). *As competências das famílias. Tempo, caos, processo*. Lisboa: Climepsi.
- Boszormenyi-Nagy, I. & Spark, G. (1983). *Lealdades Invisíveis*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Brandão, S. N. (2001). *Visita domiciliar: ampliando intervenções clínicas em comunidade de baixa renda*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Brandão, S. N. & Costa, L. F. (2004). Visita Domiciliar como proposta de intervenção comunitária. In M. A. Ribeiro & L. F. Costa (Orgs.), *Família e problemas na contemporaneidade: reflexões e intervenções do Grupo Socius* (pp. 157-179). Brasília: Universa.
- Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2008). *Estrutura e dinâmica das famílias brasileiras: desafios para a Terapia Familiar*. Palestra promovida pela ACOTEF. Brasília, 25 de abril.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (Orgs.) (1995). *As mudanças no Ciclo de Vida Familiar* (M. A. V. Veronese, Trad.) (2a ed.) Porto Alegre: Artes Médicas (Original publicado em 1989).
- Cervený, C. M. O. & Berthoud, C. M. E. (2002). *Visitando a Família ao Longo do Ciclo Vital*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Conclusão

Para finalizar gostaria de retomar a narrativa do início do texto, que ainda oferece oportunidade para outros comentários: sobre a segurança dos pesquisadores, sobre a necessidade de se silenciar sobre fatos que envolvem a instituição policial e sobre a exposição da condição financeira do pesquisador. O relato nos mostra que as pesquisadoras adentraram um universo que pode se constituir num perigo real para sua segurança física, e que existem limites, neste sentido, que não devem ser desrespeitados. A presença do jovem queimado indicava uma vulnerabilidade extrema a que as pesquisadoras se expuseram, e a necessidade implícita de um contrato de sigilo, mesmo que não declarado, mas que teria que ser seguido para garantia de sua entrada e saída da casa. E finalmente, a decisão de realizarem a visita domiciliar em seus carros particulares, também as expuseram em suas posses materiais, tornando-as vulneráveis a ações da comunidade. Tenho enfatizado, em minha lide de pesquisadora com famílias em contexto de baixa renda, a necessidade de considerarmos a questão da segurança tão importante como qualquer outro aspecto presente no planejamento das etapas da pesquisa. O cuidado à segurança do pesquisador deve ser visto como aspecto essencial na organização dos passos e decisões que envolvam o cronograma da pesquisa, a fim de proporcionar condições confortáveis e corretas para minimizarem as angústias e temores do pesquisador.

- Costa, L. F., Penso, M. A. & Almeida, T. M. C. (2005). O grupo multifamiliar como um método de intervenção em situações de abuso sexual infantil. *Psicologia USP*, 16 (4), 121-146.
- Costa, L. F., Penso, M. A. & Almeida, T. M. C. (2006). Nos bastidores da pesquisa: Dificuldades no procedimento metodológico em situações-limite. *Psico*, 37 (2), 175-181.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Almeida, T. M. C. & Ribeiro, M. A. (no prelo). "A justiça é demorosa, burra e cega?" Percepções de famílias sobre a dimensão jurídica dos crimes de abuso sexual. *Boletim de Psicologia*.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Rufini, B., Mendes, J. A. A. & Borba, N. F. (2007). Família e abuso sexual: Silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59 (2). Acesso em 19/02/2008. Disponível em <http://seer.psicologia.ufrj.br/seer/lab19/ojs/viewarticle.php?id=160&layout=html&locale=pt&locale=es&locale=pt>
- Demo, P. (1984). Avaliação Participante: Algumas Ideias Iniciais Para Discussão. *Cadernos de Pesquisa*, 48, 67-73.
- Demo, P. (1995). *Cidadania assistida e cidadania tutelada*. Campinas: Autores Associados.
- Demo, P. (1996). *Participação é Conquista*. São Paulo: Cortez.
- Diniz, G. & Coelho, V. (2007). Gênero, migração e saúde mental: dimensões da experiência de mulheres nordestinas no Distrito Federal. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e Casal. Saúde, Trabalho e Modos de Vinculação* (pp. 35-54). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Enriquez, E. (2007). *Sociedade Contemporânea: Rupturas e Vínculos Sociais*. Conferência de Abertura do XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica. Belo Horizonte, 10 de maio.
- Fonseca, C. (1987). Aliados e Rivais na Família: o conflito entre consanguíneos e afins em uma vila portalegrense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4 (2), 88-104.
- Giffin, K. (2002). Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. *Cadernos de Saúde Pública*, 18 (suplemento), 103-112.
- Giuliani, F. y Wiesenfeld, E. (1997). Identidad del psicólogo/a comunitario/a In M. Montero (coord.), *Psicología e Comunidad*. (pp. 17-24). Caracas: Sociedad Interamericana de Psicologia/ Universidad Central de Venezuela.
- Martins, M. A. F. & Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2005). Bater para educar ou maltratar? Contribuições ao estudo da violência intrafamiliar. In L. F. Costa & T. M. C. de Almeida (Orgs.), *Violência no cotidiano: do risco à proteção* (pp. 59-73). Brasília: Liber/Universa.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias. Funcionamento e Tratamento*. (J. A. Cunha, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1980).
- Minuchin, P., Colapinto, J. & Minuchin, S. (1999). *Trabalhando com famílias pobres* (M. F. Lopes, Trad.). Porto Alegre: ArtMed (Original publicado em 1998).
- Morin, E. (2007). *O método 6: ética* (J. M. da Silva, Trad.). Porto Alegre: Sulina (Original publicado em 2004).
- Pakman, M. (1993). Terapia familiar em contexto de pobreza, violência, dissonância étnica. *Nova Perspectiva Sistêmica*, Ano II (4), 8-19.
- Pakman, M. (1998). Educação e terapia em fronteiras culturais: Por práticas sociais críticas nos serviços humanos. *Nova Perspectiva Sistêmica*, Ano VII (11), 6-20.
- Pakman, M. (1999). Desenhando Terapias em Saúde Mental Comunitária: Poética e Micropolítica Dentro e Além do Consultório. *Nova Perspectiva Sistêmica*, Ano VIII (13), 6 - 25.
- PNUD (1996). *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/ Brasília.
- Quintal de Freitas, M. F. (1997). Práticas de la psicología en la comunidad: elementos para su preparación en la universidad. In M. Montero (coord.), *Psicología e Comunidad*. (pp. 36-41). Caracas: Sociedad Interamericana de Psicologia/ Universidad Central de Venezuela.
- Santos, B. S. (1996). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade* (2ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Selvini Palazzoli, M. (1998). Sobrevoô sobre uma pesquisa clínica fiel a seu objeto. In M. Elkaim (Org.), *Panorama das Terapias Familiares* (Vol. 1) (pp. 297-321). São Paulo: Summus (Original publicado em 1995).

Notas

¹ Nomes fictícios.

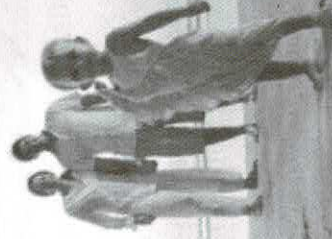


UM CENTRO DE FORMAÇÃO DE TERAPEUTAS

- Curso de Formação em Terapia Familiar e de Casal (3 anos) RECONHECIDO PELO CFP
- Curso de Formação em Terapias Cognitivo-Comportamentais (2 anos)
Coords.: Renato Caminha e Adriana Zanonato
- Curso de Especialização em Arteterapia no Contexto Social e Institucional (2 anos)
Coords.: Angélica S. de Lima e Simone Castiel
- Treinamento em E.M.D.R (3 módulos):
Introdutório, Intermediário e Avançado.
Treinadora certificada: Esly Carvalho, Brasília.

**ACESSE NOSSO SITE E CONHEÇA OUTROS
CURSOS DE EXTENSÃO E NOSSO AMBULATÓRIO**

Coordenação:
Adriana Zanonato
José Ovídio C. Waldemar
Luiz Carlos Prado
Nair Teresinha Gonçalves
Olga Garcia Falceto
Simone Castiel



R. João Abbott, 441 Conj. 501 - Porto Alegre/RS
Fones: (51) 3330 0353 (51) 3333 4084
infapa@cpovo.net
www.infapa.com.br